

Manifesto em repúdio à extinção do Regime Especial da Indústria Química

O Sinproquim, entidade que representa a indústria química paulista, responsável por mais de 30% da produção nacional de químicos, manifesta-se contrário à proposta do governo federal de extinguir o Regime Especial da Indústria Química (REIQ), encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Medida Provisória nº 1.034/21. O momento crítico pelo qual passa o País impõe a necessidade de análises aprofundadas sobre os impactos econômicos, imediatos e futuros, de decisões como essa.

A extinção do REIQ, como forma de compensar a redução de impostos incidentes sobre o óleo diesel, gasolina e gás de cozinha, coloca em risco não apenas empresas do setor químico, mas também as que atuam em outros setores da cadeia produtiva do País – com consequências diretas sobre o nível de emprego, renda, investimentos e na própria arrecadação da União, bem como na de Estados e Municípios, além de aumentar o grau de dependência externa do Brasil por insumos e matérias-primas, elevando o risco de descontinuidade no fluxo de abastecimento ao mercado. Os riscos dessa dependência foram evidenciados pela pandemia de covid-19 e por desastres naturais ou mudanças climáticas, como a nevasca que se abateu recentemente sobre o Texas, nos Estados Unidos, o que afetou fortemente o mercado internacional. Empresas que atuam nos mais diferentes segmentos têm enfrentado no momento dificuldades para manter o nível de produção e algumas chegaram a até interromper totalmente a produção por falta de insumos, matérias-primas ou componentes.

O setor químico, com destaque para o segmento petroquímico, é reconhecidamente estratégico por fornecer, direta ou indiretamente, produtos essenciais a todas as atividades, do agronegócio à indústria automotiva e aeroespacial. O REIQ, instituído em 2013, estabelece o direito a um crédito presumido, desde 2018, de 3,65% sobre as aquisições de matérias-primas básicas do setor químico. Foi essa a forma que o



Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para
Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo

legislador encontrou para reduzir a disparidade competitiva entre a indústria química brasileira e concorrentes externos, que dispõem de condições muito mais favoráveis, como matérias-primas e energia a um custo bem menor do que o praticado no País, menor carga tributária, melhor infraestrutura e um ambiente de negócios, ao contrário do Brasil, com regras claras e duradouras. A expectativa da indústria química, tendo como base o dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que define o prazo de vigência de cinco anos para incentivos fiscais indeterminados, era de que o REIQ fosse mantido pelo menos até 2023. Vários investimentos foram feitos na cadeia produtiva com base nessa premissa.

A busca de soluções eficazes e duradouras, em vez de remendos na legislação para resolver uma questão pontual ou de momento é, na opinião do Sinproquim, o caminho adequado para estimular a economia e gerar empregos. A reforma tributária, aguardada há décadas pelos atores econômicos, é um exemplo dessas soluções, que se tomadas de forma repentina, costumam gerar mais custos do que benefícios.

O Sinproquim, em consonância com outras entidades patronais e sindicatos de trabalhadores do setor químico do País, manifesta sua preocupação com os impactos da medida e mantém a expectativa de que a proposta de extinção do REIQ, pelos riscos e prejuízos potenciais à economia que ela traz, seja revertida, possibilitando criar um ambiente que atraia investimentos, fortaleça a economia e traga a retomada de um crescimento sustentável, evitando, como tem acontecido nos últimos meses, o encerramento de atividades de grandes, médias e pequenas empresas.

Nelson Pereira dos Reis
Presidente